



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23110.017406/2019-06

### ANEXO I

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 78/2019

#### 1. OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS**, de acordo com as especificações abaixo relacionadas:

LOTE 01				
Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor Total Estimado
1	1	UNIDADE	Fornecimento de materiais e peças que não fazem parte da cobertura do item 1, durante 12 meses: instalações da casa de máquinas, passadiço e poço, circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de pára-raios, janelas, iluminação, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio (ressalvados os casos indicados no item 6.9. deste Termo de Referência), alvenaria e pinturas; Aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pela UFPel; Todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores. <b>O LICITANTE NÃO OFERTARÁ LANCE PARA ESTE ITEM.</b>	R\$300.000,00 (este valor é fixo)
2	12	MES	Serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal em 26 (vinte e seis) grupos elevadores com fornecimento de peças, sendo 4 (quatro) localizados no Capão do Leão e 22 (vinte e dois) em Pelotas-RS, durante 12 meses. Especificações conforme tabela II, item 2.2 deste Termo de Referência.	R\$281.988,60

1.2. Para o item 01, a empresa licitante deverá cadastrar proposta no valor de R\$ 300.000,00 e **NÃO DEVERÁ COTAR LANCES**, pois trata-se de um valor estimado que será utilizado, se necessário.

1.3. O objeto do presente procedimento licitatório é a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, entendendo-se por:

- **manutenção preventiva:** aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e
- **manutenção corretiva:** aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento.

1.4. As presentes especificações têm por objetivo estabelecer procedimentos e normas a serem adotados na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 26 (vinte e seis) elevadores/plataformas instalados nos prédios da Universidade Federal de Pelotas, distribuídos conforme tabela constante no item 2.1 deste Termo de Referência.

1.5. **Deverá ser cotado o valor anual dos serviços.**

#### 2. LOCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA DOS ELEVADORES

2.1. Localização dos elevadores (tabela I):

Item	Prédio	Localização
1	Faculdade de Odontologia	Rua Gonçalves Chaves, 457 - Pelotas

Item	Prédio	Localização
2	Campus das Ciências Humanas e Sociais (ICH, IFISP, FAE)	Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas
3	Faculdade de Odontologia	Rua Gonçalves Chaves, 457 - Pelotas
4	Centro de Artes – Bloco A (antigo IAD)	Rua Cel. Alberto Rosa, 62 - Pelotas
5	Hospital Escola	Rua Prof. Araújo, 538 - Pelotas
6	Hospital Escola	Rua Prof. Araújo, 538 - Pelotas
7	Faculdade de Direito	Pç. Conselheiro Maciel, 215 - Pelotas
8	Centro Pesquisa em Saúde Dr. Amílcar Gigante	Rua Marechal Deodoro, 1160 - Pelotas
9	Faculdade de Turismo	Rua Lobo da Costa, 859 - Pelotas
10	Campus Anglo - Reitoria	Rua Gomes Carneiro, 01 - Pelotas
11	Campus Anglo - Bloco B	Rua Gomes Carneiro, 01 - Pelotas
12	Faculdade de Medicina	Av. Duque de Caxias, 250 - Pelotas
13	Casa do Estudante	Rua Três de Maio, 197 - Pelotas
14	LabAgro/FAEM	Campus Universitário S/N – Jardim América – Capão do Leão
15	Centro de Artes – Bloco B	Rua Álvaro Chaves, 65 - Pelotas
16	Centro de Artes – Bloco B	Rua Álvaro Chaves, 65 - Pelotas
17	Centro de Engenharias – Ceng/COTADA	Rua Benjamin Constant, 989 - Pelotas
18	Biblioteca das Ciências Sociais	Rua Almirante Barroso, 850 - Pelotas
19	Faculdade de Medicina	Av. Duque de Caxias, 250 - Pelotas
20	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Rua Benjamin Constant, nº 1359
21	Salles Goulart	Rua Félix da Cunha, 520
22	Museu do Doce - casarão 8	Praça Cel. Pedro Osório, Casarão 8
23	Escola Superior de Educação Física-ESEF	Rua Luís de Camões, 625
24	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - FAEM	Campus Universitário S/N – Jardim América – Capão do Leão
25	Prédio 5	Campus Universitário S/N – Jardim América – Capão do Leão
26	Veterinária	Campus Universitário S/N – Jardim América – Capão do Leão

## 2.2.

Das especificações da demanda (tabela II):

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição
1	1	Serviço	Elevador Atlas Schindler, capacidade 12 pessoas (frente), 07 paradas.
2	1	Serviço	Elevador Atlas Schindler, capacidade 600 kg, 03 paradas e com velocidade de 45 m por minuto
3	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas, com 7 paradas e velocidade de 60m por minuto.
4	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade 560 kg, 03 paradas, e com velocidade de 45 m por minuto.
5	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, com capacidade para 8 pessoas, 600 kg e 2 paradas, com velocidade de 45m por minuto.
6	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp com capacidade para 15 pessoas, 1125 kg, e 3 paradas, com velocidade de 45 m por minuto.
7	1	Serviço	Elevador tipo plataforma,Thyssenkrupp, capacidade 350 kg para 1 cadeirante e 1 acompanhante velocidade de 45 m por minuto.
8	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade 900 kg, 04 paradas e com velocidade de 45 m por minuto.
9	1	Serviço	Elevador tipo plataforma, Thyssenkrupp, capacidade 250 kg, 02 paradas e com velocidade de 60 m por minuto.
10	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 12 pessoas, 900 kg, com velocidade de 60 m por minuto.
11	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 12 pessoas, 900 kg, com velocidade de 60 m por minuto.
12	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas, 600 kg, com velocidade de 30 m por minuto.
13	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas.
14	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas.
15	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas, 600 kg.
16	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 8 pessoas 600 kg.
17	1	Serviço	Elevador Thyssenkrupp, capacidade para 13 pessoas, 975 kg.
18	1	Serviço	Elevador SR, capacidade para 8 pessoas, 560 kg.
19	1	Serviço	Plataforma PORTAC.
20	1	Serviço	Plataforma San Martin.
21	1	Serviço	Plataforma San Martin.
22	1	Serviço	Plataforma ORTOBRAS.
23	1	Serviço	Plataforma ORTOBRAS.
24	1	Serviço	Elevador SR.
25	1	Serviço	Elevador SR.
26	1	Serviço	Elevador SR.

## 3.

## JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de serviços de manutenção em elevadores é necessária por tratar-se de serviços especializados e por não haver, no quadro de pessoal da UFPeL, servidores com habilitação legal para a realização de tais serviços.

3.2. Os itens do objeto são aparelhos instalados em prédios com mais de um piso, que por motivo de agilidade e também de locomoção de portadores de necessidades especiais, devem dar acesso com segurança e sem qualquer tipo de constrangimento àqueles que não têm condições físicas de subir escadas, seja para estudar e até mesmo para trabalhar, como prevê a legislação enquanto vaga para portadores de necessidades especiais no serviço público.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. Declaramos para os devidos fins que os serviços a serem contratados são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º. Consideram-se serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

#### 5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Para efeito das presentes especificações, o termo CONTRATANTE significa UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPeL), Fundação do Governo Federal que contratará os serviços objeto da presente licitação, o termo CONTRATADO define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto da licitação, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará a CONTRATANTE perante o CONTRATADO e a quem este último deverá reportar-se.

5.2. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- às disposições legais da União e do Governo do Rio Grande do Sul;
- às normas e especificações constantes do presente documento;
- às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- às normas da ABNT e do INMETRO;
- às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- às práticas SEDAP – execução.

5.3. O serviço de manutenção em equipamentos eletromecânicos, tipo elevador e plataforma, consiste em manter a longo prazo, segurança, confiabilidade e eficiência dos equipamentos, e devem ser executados em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (ABNT NBR 15597/2010, ABNT NM 207, ABNT NBR 16083/2012, ABNT NBR NM 313, ABNT NBR ISO 9386-1:2013, entre outras); as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação e os regulamentos das empresas concessionárias de energia.

5.4. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão consultar as especificações e vistoriar as instalações dos elevadores, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

5.5. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

5.6. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empregados, etc.

5.7. As máquinas e os equipamentos que o CONTRATADO levar para o local dos serviços somente poderão ser utilizados nas dependências da UFPeL de acordo com as regras e procedimentos internos da Universidade.

5.8. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

5.9. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar ao CONTRATADO a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.

5.10. O CONTRATADO interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito.

5.11. A inobservância das presentes especificações técnicas implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo o CONTRATADO refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

5.12. O CONTRATADO fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, a mão-de-obra, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos no valor total do serviço.

5.13. Se, para facilitar seus trabalhos, o CONTRATADO necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.

5.14. A UFPeL poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto. Em todos os casos, a UFPeL compromete-se a consultar previamente o CONTRATADO para eventual adequação técnica ou contratual.

5.15. Para efeito de qualificação técnico-operacional a empresa licitante deverá apresentar comprovação de que já executou objeto compatível com o objeto desta licitação (manutenção preventiva e corretiva em elevadores), em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O CONTRATADO deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame, assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

6.2. O CONTRATADO deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento de ORDEM DE SERVIÇO expedida pelo CONTRATANTE contendo autorização específica para tal fim.

6.3. A equipe técnica do CONTRATADO deverá contar com profissionais especializados, devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços e com os cursos mínimos exigidos atualizados para desempenhar a função (cursos de qualificação, NRs, entre outros).

6.4. O CONTRATADO deverá fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes e certificados atualizados dos cursos e qualificação da equipe técnica.

6.5. Caberá ao CONTRATADO o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

6.6. Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências do CONTRATADO.

6.7. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica do CONTRATADO, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.

6.8. O CONTRATADO cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade (casas de máquinas e outras) permaneça sempre limpa e organizada.

6.9. A critério da FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

6.10. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

6.11. Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo o CONTRATADO providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

6.12. O Serviço de Manutenção Preventiva deverá ser prestado conforme as especificações a seguir:

6.12.1. A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente da UFPEL. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da UFPEL, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO através de notificação oficial.

6.12.2. Devem ser contempladas todas as rotinas estabelecidas no item 8 do presente Termo de Referência quando couber, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, mediante prévio acordo com a FISCALIZAÇÃO.

6.13. O Serviço de Manutenção Corretiva deverá ser prestado conforme as especificações a seguir:

6.13.1. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores da UFPEL, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO.

6.13.2. A manutenção corretiva deverá ser prestada pelo CONTRATADO, mediante chamado telefônico, ao número por ele indicado, dentro dos seguintes limites:

6.13.2.1. **em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o prazo máximo de atendimento, após a chamada, deverá ser de 30 (trinta) minutos;**

6.13.2.2. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 4 (quatro) horas, contadas a partir da chamada;

6.13.2.3. o prazo de 4 (quatro) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal da UFPEL, ou seja, em dias úteis entre 8:00h e 23:00h, interrompendo-se a contagem às 23:00h de um dia e reiniciando-se às 8:00h do dia útil seguinte;

6.13.2.4. no caso de mais de um elevador, em um mesmo prédio (Faculdade de Odontologia, Campus Porto e Hospital Escola) encontrarem-se parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação telefônica ao CONTRATADO.

6.13.2.5. o CONTRATADO fica obrigado a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contados a partir da parada do elevador, quando a correção não depender de peças de outra localidade. Quando a manutenção depender do fornecimento de peças de outras localidades, o prazo máximo será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da parada do elevador.

6.13.2.6. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico do objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo para a normalização do funcionamento do sistema.

6.13.2.7. decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a UFPEL autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

6.13.3. O CONTRATADO deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão a UFPEL em fins de semana, feriados e períodos noturnos nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

6.13.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, não fazendo parte da cobertura as peças especificadas no item 9 deste Termo de Referência.

6.13.5. Em cada visita realizada pelo CONTRATADO, tanto para manutenção preventiva quanto corretiva, deverá ser elaborado um Boletim de Visita onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela FISCALIZAÇÃO por ocasião da visita e compor a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços do CONTRATADO. No momento da visita, uma cópia do boletim será repassada à FISCALIZAÇÃO para ser anexada ao livro de ocorrências.

## **7. DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. O prazo para início dos serviços não poderá exceder a 10 (dez) dias a contar da emissão da ordem de serviço, salvo no interesse da administração.

7.2. O não cumprimento do item 16.1.40. deste termo de referência ensejará a não assinatura do contrato.

## **8. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

### **8.1. Verificações SEMESTRAIS**

- Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a CC a plena carga, meia carga e vazio.
- Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme.
- Testar os amortecedores com a queda da cabine, com meia lotação.

### **8.2. Verificações MENCIAIS**

8.2.1. Motores de CC/CA, grupos geradores e caixas redutoras:

- Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas.
- Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas.
- Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado.
- Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário.
- Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos elevadores.
- Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas.
- Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas no subsolo e cobertura do edifício, informando à fiscalização a existência de irregularidades, quando houver.

8.2.2. Freios:

- Remover da superfície de contato do tambor todo o resíduo de óleo e graxa.
- Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio.

8.2.3. Quadro de comando:

- Fazer a remoção da poeira e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros.
- Verificar, ajustar e substituir, se necessário, os temporizadores, fusíveis, relés, contadoras, chaves com mau contato, relés de cola, relés de carga dos geradores e circuitos de proteção.
- Efetuar teste dos "hardware" de controle através de "software" de controle.
- Observar se as conexões não apresentam aquecimento anormal ou oxidação, se apresentarem, limpá-las;
- Reapertar fiações em geral;

8.2.4. Nos andares:

- Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros.
- Proceder à limpeza, em toda a extensão, das soleiras, das roldanas e dos trincos, procedendo-se à lubrificação dos eixos.
- Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos contatos dos trincos e ganchos.
- Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores de direção, mantendo o nível de visibilidade original e substituindo-os quando necessário.

8.2.5. Cabines:

- Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras.
- Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene.
- Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, retirando todo o excesso.
- Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações.
- Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação.
- Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de fina camada de óleo com querosene, retirando o excesso.
- Fazer a remoção da poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas.
- Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo.
- Verificar a partida, a parada e o nivelamento do carro, a abertura e o fechamento das portas, o funcionamento das botoeiras, sinalizadores e luz de emergência, a graxa dos conjuntos operadores das portas, o funcionamento dos aparelhos de comunicação, a sapata de segurança e a foto-célula.

## 8.2.6. Contrapesos:

- Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene nos materiais ferrosos.
- Verificar e ajustar o desgaste e a folga excessiva entre as corredeiras deslizantes.

## 8.2.7. Poço/Pára-choque:

- Proceder à limpeza geral.
- Verificar o nível do óleo, completando-o, se necessário.
- Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio.
- Verificar a fiação do poço.

## 8.2.8. Cabos de aço:

- Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação.
- Existência de limalhas de ferro e desgaste nas polias (o cabo não pode estar encostando-se ao fundo do canal da polia);
- Existência de cabos rompidos.

## 8.2.9. Polias de Compensação e Tensoras:

- Ajustar a distância da polia de compensação ao piso do contato elétrico e o prumo e a distância da polia tensora ao piso.

## 8.2.10. Fita Seletora:

- Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas).
- Ajustar as distâncias entre as molas “pick-ups” e os rebites de metal.

## 8.2.11. Verificações Gerais:

- Verificar as corredeiras das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e mantendo as guias adequadamente lubrificadas.
- Verificar os cabos de aço e todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos.
- Verificar a tensão dos cabos condutores, mantendo o equilíbrio entre fases.
- Verificar os bancos das cabines dos elevadores, mantendo-os em perfeitas condições de uso.
- Verificar os acrílicos dos tetos das cabines dos elevadores, bem como o piso.
- Verificar as sapatas das portas dos elevadores, substituindo-as quando danificadas.
- Verificar as portas dos elevadores, alinhando-as quando necessário.
- Verificar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores, tetos, gongos e lâmpadas sobre cabines.
- Verificar todas as peças e lâmpadas que compõem as botoeiras.
- Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabine de cada elevador.
- Verificar os exaustores existentes nas casas de máquinas.

8.3. Além das rotinas discriminadas acima, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.

8.4. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos elevadores e suas instalações.

## 9. EXTENSÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS

9.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objeto da presente licitação, serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores. Não fazem parte da cobertura as seguintes peças e componentes:

9.1.1. instalações da casa de máquinas, passadiço e poço, circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de pára-raios, janelas, iluminação, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio (ressalvados os casos indicados no item 6.9.), alvenaria e pinturas;

9.1.2. aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pela UFPel;

9.1.3. todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores.

9.2. A comprovação da procedência das peças a serem utilizadas na manutenção dar-se-á por meio de nota fiscal do fabricante, a ser encaminhada juntamente aos relatórios de manutenção.

9.3. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada juntamente com a relação das ferramentas e equipamentos.

9.4. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

9.5. Não serão aceitos materiais de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha”, ou seja, que não mais é fabricado, ou comprovada a equivalência técnica de outra marca, o que, necessariamente, deverá ser comprovado através de testes e ensaios previstos por normas a serem submetidos à análise e aceite prévios da CONTRATANTE.

9.6. Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pelo fiscal do contrato. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

## 10. VISTORIA TÉCNICA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, deverá ser realizada pela empresa licitante uma MINUCIOSA VISTORIA nos equipamentos objeto dos serviços, para conhecimento das condições técnicas em que se deverão desenvolver os trabalhos, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da licitação. Essa vistoria, conjuntamente com TERMO DE REFERÊNCIA, subsidiará o levantamento quantitativo de material e da mão-de-obra necessária à elaboração da proposta, não cabendo alegação posterior, sob qualquer hipótese, desconhecimento acerca dos serviços.

10.2. Exige-se que a vistoria técnica seja efetuada por 01(um) Engenheiro Mecânico ou Elétrico, e que seja o legítimo Responsável Técnico da licitante, a ser comprovado mediante a apresentação da cópia de registro da empresa no CREA. A realização da vistoria nas instalações do local de execução dos serviços deverá ser acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (53) 3284-3900 com o servidor Anderson Rodrigues (SIAPE 2349433), podendo sua realização ser comprovada por:

10.2.1. **Declaração de Vistoria (Atestado de Visita Técnica), conforme modelo anexo a este Edital, de que o licitante, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde serão realizados os serviços, de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução. O licitante, deste modo, assume que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras com a UFPEL.**

10.3. **Caso a Licitante não tenha interesse em fazer a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao Atestado de Visita Técnica, Declaração formal assinada pelo(s) responsável(eis) da empresa, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras com a UFPEL, conforme modelo constante em anexo.**

10.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. O CONTRATADO deverá emitir mensalmente Nota Fiscal com indicação dos serviços executados, do número do contrato e do mês de competência da prestação do serviço. À exceção da primeira e da última Nota Fiscal do contrato, as demais deverão coincidir com o mês civil.

11.2. Não será recebida pela FISCALIZAÇÃO a Nota Fiscal que não vier acompanhada do relatório técnico mensal subscrito pelo responsável técnico, contendo a descrição das rotinas de manutenção, as indicações de datas e mensurações preventivas realizadas, de todas as ocorrências de manutenção corretiva e da declaração do SICAF com todas as certidões válidas. Outros itens que se fizerem necessários poderão ser incluídos no relatório mensal, mediante acordo entre o responsável técnico e a FISCALIZAÇÃO.

11.3. O pagamento devido à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

11.4. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

11.5. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa junto ao SICAF, notadamente quanto à regularidade perante a Receita Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso a empresa apresente alguma irregularidade fiscal, a contratada receberá advertência por escrito e deverá providenciar as medidas saneadoras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou apresentar sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde não acarrete qualquer ônus para a Contratante.

11.5.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



11.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.10. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 12. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser novamente realizados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.6. Será estabelecido em Instrumento de Medição de Resultados - IMR a os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade.

## 13. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

### 13.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1.1. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR para os fins da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, compreendendo os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:

13.1.1.1. Atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;

13.1.1.2. Fatores que estejam no controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;

13.1.1.3. Indicadores objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço, evitando indicadores complexos ou sobrepostos;

13.1.2. O IMR, contém a descrição detalhada, de acordo com os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, baseado em:

13.1.2.1. Indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

13.1.2.2. Indicadores que reflitam fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

13.1.2.3. Metas realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

13.1.2.4. Previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

13.1.2.5. Registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada, se for o caso;

13.1.2.6. Previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

- I - As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;
- II - Na determinação da faixa de tolerância de que trata o item anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e
- III - O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

13.1.3. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR), deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;

13.1.4. Define os demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber;

13.1.5. Define o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório;

13.1.6. Define o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo;

13.1.7. Define o procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução;

13.1.8. Define uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso;

13.1.9. Define as sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, bem como às seguintes diretrizes:

13.1.9.1. Relaciona as sanções previstas nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, conforme o caso, às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto;

13.1.9.2. Define o rigor das sanções de que trata o subitem anterior, de modo que sejam proporcionais ao prejuízo causado pela desconformidade;

13.1.9.3. No caso de multa:

- I - Define o cálculo da multa por atraso (injustificado) para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços;
- II - Define a forma de cálculo da multa de modo que seja o mais simples possível;
- III - Define as providências a serem realizadas no caso de multas reincidentes e cumulativas, a exemplo de rescisão contratual;
- IV - Define o processo de aferição do nível de desconformidade dos serviços que leva à multa;

13.1.10. Define as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas formas de cálculo.

13.1.11. Define as garantias de execução contratual, quando necessário.

13.1.12. No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, haverá inclusão de exigências de que a garantia possua previsão de cobertura para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.

13.1.13. Fica estabelecido entre as partes o presente Instrumento de Medição de Resultados - IMR, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

13.1.14. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

13.1.15. As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultados - IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções/punições legalmente previstas.

13.1.16. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

## 13.2. DOS PROCEDIMENTOS

13.2.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

13.2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

13.2.3. A notificação quanto da existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

13.2.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, dia e hora do acontecido;

13.2.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento (preferencialmente em meio digital), que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

13.2.5.1. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.

13.2.6. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

13.2.7. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

13.2.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

13.2.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas o relatório de notificações produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

### 13.3. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

13.3.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

13.3.2. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada.

### 13.4. DOS NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS

- Nível 1 - Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória terão incidência de 01 (um) ponto conforme quadro de Ocorrências;
- Nível 2 - Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço terão incidência de 02 (dois) pontos conforme quadro de Ocorrências;
- Nível 3 - Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina, o patrimônio da Instituição ou a integridade de terceiros terão incidência de 03 (três) pontos conforme quadro de Ocorrências;

### 13.5. DO CÁLCULO DE AJUSTE NO PAGAMENTO

13.5.1. O cálculo de ajuste no pagamento será definido pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme cálculo apresentado na Planilha Instrumento de Medição de Resultados;

13.5.2. O valor final da Nota Fiscal será composto pelo valor contratual mensal apurado no período, decrescido o valor do cálculo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

## 14. DA NOTA DE EMPENHO

14.1. Na proposta deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento da Nota de Empenho.

## 15. DA NOTA FISCAL

15.1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos serviços.

15.2. Deverá ser Apresentando, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual,
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.3. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPEL, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

15.4. O pagamento da nota fiscal ou fatura, ficará suspenso enquanto a Contratada não apresentar toda a documentação prevista.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.6. Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

- 16.7. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPEL para tratar de assuntos pertinentes aos serviços ou aquisições contratados;
- 16.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com o contrato;
- 16.9. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da execução dos serviços contratados;
- 16.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 16.11. Notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a reconstrução do serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;
- 16.12. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 16.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 17.1.1. Executar os serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;
- 17.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com defeitos;
- 17.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 17.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 17.1.7. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 17.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 17.1.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da UFPEL;
- 17.1.10. Arcar com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a UFPEL isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 17.1.11. Relatar de imediato a UFPEL toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços;
- 17.1.12. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;
- 17.1.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à sua execução;
- 17.1.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os subsídios em qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 17.1.15. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
- 17.1.16. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 17.1.17. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público;
- 17.1.18. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante;
- 17.1.19. Não utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato;
- 17.1.20. Não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
- 17.1.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 17.1.22. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 17.1.23. As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que

possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sem prejuízos a demais normas regulamentadoras e orientações do Ministério do Trabalho quanto a segurança e saúde do trabalho:

- NR 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS
- NR 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO
- NR 5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA
- NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI
- NR 7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL
- NR 8 – EDIFICAÇÕES
- NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS
- NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE
- NR 11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS
- NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
- NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES
- NR 16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS
- NR 17 – ERGONOMIA
- NR 18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
- NR 23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS
- NR 24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO
- NR 25 - RESÍDUOS INDUSTRIAIS
- NR 26 - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA
- NR 28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES
- NR 33 - SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS
- NR-35 - TRABALHO EM ALTURA

17.1.24. Serviços prestados em desconformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego estarão sujeito às sanções e penalidades legais aplicáveis;

17.1.25. Fornecer a seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme legislação atinente, com respectivo CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme a exigência de cada função e posto de trabalho, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI, bem como realizar o treinamento adequado quanto ao uso correto do EPI;

17.1.26. Garantir que todos os funcionários envolvidos no trabalho estejam sempre portando vestimentas adequadas, e EPI's condizentes com o tipo de trabalho executado obedecendo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, Normas ABNT, e demais exigências de segurança em vigor;

17.1.27. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

17.1.28. Manter a casa de máquinas sempre fechada à chave, permitindo acesso aos técnicos autorizados pela CONTRATADA e portando crachá de identificação;

17.1.29. Garantir condições de ventilação e iluminação na casa de máquinas, bem como sua acessibilidade segura;

17.1.30. Interromper, imediatamente, o funcionamento e utilização de qualquer equipamento que apresente irregularidade, comunicando em seguida o fato à CONTRATADA;

17.1.31. Não permitir o uso de chave de emergência para abertura das portas de pavimento dos equipamentos por pessoas não treinadas ou habilitadas da CONTRATADA;

17.1.32. Sinalizar os acessos e o interior dos equipamentos visando uma maior segurança no uso;

17.1.33. Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores, aos discentes ou a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente;

17.1.34. Estabelecer e manter na cidade de atendimento, no prazo de até 90 dias depois da assinatura do contrato, sede, filial ou representação dotada de toda infra estrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e estrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços;

17.1.35. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

17.1.36. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

17.1.37. Manter vínculo empregatício formal e expresso com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada;

17.1.38. Não utilizar na execução dos serviços, sob quaisquer formas, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE ou servidor aposentado;

17.1.39. Cabe a Contratada o treinamento dos seus funcionários que manusearão os referidos equipamentos;

17.1.40. **Apresentar à contratante em até 15 (quinze) dias, a contar da data de Homologação do Pregão Eletrônico, em arquivo digital, os seguintes documentos:**

- a) **relação dos empregados que realização as manutenções aos equipamentos da UFPel;**
- b) **atestados de antecedentes civil e criminal;**
- c) **cópia do contrato de trabalho;**

- d) cópia do regulamento interno da empresa, se houver;
- e) registro de empregados;
- f) cópias das Carteiras de Trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;
- g) declaração de nepotismo
- h) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exames médicos admissional;
- i) comprovação que ateste o recebimento de equipamento de proteção individual (EPI);
- j) comprovação que ateste o recebimento de orientação quanto ao uso adequado do equipamento de proteção individual (EPI);
- k) comprovante de cadastramento de trabalhador no regime do PIS/PASEP;
- l) programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA);
- m) comprovação da qualificação técnica do pessoal empregado;
- n) comprovação de cursos de treinamento das NRs, principalmente da NR-10 e NR-35.

## 18. DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

18.1. A empresa Contratada deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à atividade contratada.

18.2. A Contratada que descumprir alguma das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à atividade do presente contrato, durante a vigência deste, sofrerá sanções conforme tabela abaixo (por descumprimento entende-se a infração a qualquer cláusula de uma Norma Regulamentadora):

Quantidade de infrações	Sanção
01 norma descumprida	Advertência
de 02 a 04 normas descumpridas	Multa no valor de 0,2% do valor do contrato
de 05 a 07 normas descumpridas	Multa no valor de 0,5% do valor do contrato
de 08 a 10 normas descumpridas	Multa no valor de 1% do valor do contrato
mais de 10 normas descumpridas	Rescisão do Contrato

18.3. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho estão disponíveis no sítio eletrônico do próprio Ministério Público do Trabalho, no endereço [trabalho.gov.br](http://trabalho.gov.br);

18.4. O fiscal do contrato deverá exercer o controle e conferir se a empresa contratada está agindo de acordo com a legislação vigente.

18.5. As infrações são cumulativas durante a vigência do contrato.

18.6. Caso a Contratada cometa alguma infração (descumprimento de uma cláusula de qualquer Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho aplicável à atividade contratada) sofrerá advertência. A partir do cometimento de uma segunda infração a Contratada já receberá a sanção de multa no valor de 0,2% do valor do contrato, até o limite de quatro infrações. A partir da quinta infração receberá outra sanção além daquela recebida anteriormente, conforme quadro do item 17.2, e assim sucessivamente, até uma possível rescisão contratual por culpa da Contratada.

## 19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. As penalidades contratuais são as previstas na Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes.

20.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei 8.666/93 o licitante/adjudicatário/contratado que:

- 20.2.1. não assinar a ata de registro de preços, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.2.2. apresentar documentação falsa;
- 20.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.2.5. não mantiver a proposta;
- 20.2.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2.7. cometer fraude fiscal;
- 20.2.8. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 20.2.9. fraudar na execução do contrato.
- 20.3. A licitante vencedora incorrerá em atraso caso não execute o serviço a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado na ordem de serviço.
- 20.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.5.1. advertência;
  - 20.5.2. multa de até 20% (vinte por cento), do valor do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;
  - 20.5.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFPel pelo prazo de até dois anos;
  - 20.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;
  - 20.5.5. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 20.6. A multa de mora será aplicada da seguinte maneira, com base no valor do empenho:
- 20.6.1. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;
  - 20.6.2. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;
  - 20.6.3. 20% (vinte por cento) a partir do 30º dia de atraso.
- 20.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.8. Os créditos da UFPel, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de multa de mora, cuja taxa será de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, até o limite de vinte por cento, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em que ocorrer o seu pagamento e acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento, conforme disposto no artigo 37A da Lei 10.522/2002 e art. 61 da Lei 9.430/1996.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. INFORMAÇÕES GERAIS

- 21.1. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta "on-line", e deverá, **encerrada a etapa de lances**, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.13, deste Edital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("**enviar anexo**"). Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail para [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com).
- 21.2. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: ***"Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais"***.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA SILVA CAMPELO, Assistente em Administração**, em 08/07/2019, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0610834** e o código CRC **C01EDC05**.